



GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
VII Legislatura

José Decq Mota - 2003/06/16

Pescas e Agricultura

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Presidente e Membros do Governo

O Grupo Parlamentar do PCP recorre à figura regimental da Declaração Política para vir perante esta Câmara tratar um conjunto de questões da maior relevância política regional actual.

Em primeiro lugar queremos referir a questão da **Política Comum de Pescas**.

Tanto quanto se pode apreender da informação que circula nos órgãos de comunicação social e das declarações dos responsáveis executivos do País e da Região pelo sector das pescas, o problema das áreas de pesca assume neste momento a maior das gravidades.

A proposta da Comissão em relação à área contígua ao território do Continente é inaceitável e a proposta da Comissão em relação à ZEE envolvente da Região Autónoma dos Açores é insuficiente.

Quanto a este último caso é de registar, o que acontece pela primeira vez, a aprovação em plenário do Parlamento Europeu de um relatório, que consagra uma alteração absolutamente essencial para a nossa zona de pesca e que corresponde àquilo que são as pretensões da Região.

Essa proposta, votada por unanimidade na Comissão de Pescas, foi apresentada, como é público, pelos Deputados Ilda Figueiredo do PCP e Arlindo Cunha do PSD e foi posteriormente votada por larga maioria no Plenário.

De acordo com ela a zona das 200 milhas, contígua aos Açores, ficaria a ter uma gestão e um acesso, para todas as espécies, semelhantes aos actuais, o

que privilegia a acção das frotas costeira e artesanal, que são as registadas nos nossos portos.

O peso político desta decisão do Parlamento Europeu não pode nem deve ser ignorado nem pela Comissão nem pelo Conselho de Ministros da União Europeia.

Como todos sabemos, é absolutamente essencial continuarmos a lutar, nas próximas semanas, por uma solução da questão específica açoriana em termos de especificidade e ultraperiferia.

Se é certo e é, que também temos que nos preocupar com as soluções de pesca que venham a ser encontradas para a plataforma continental, não é menos certo que, na parte que nos diz respeito directamente, não podemos nem devemos deixar de invocar a ultraperiferia.

O País no seu conjunto deve lutar por uma solução justa e adequada para a plataforma continental e uma solução justa e adequada para as suas Regiões Ultraperiféricas.

Não seria aceitável que houvesse quem quisesse negociar estas duas questões como se de uma só se tratasse.

Temos que defender a necessidade imperiosa de serem preservados os equilíbrios precários da Zona Económica Exclusiva dos Açores e a necessidade do esforço de pesca nela realizado ser respeitador desse equilíbrio e da consequente viabilidade económica.

Para que essa viabilidade económica se mantenha o esforço de pesca não pode ultrapassar aquele que tem sido feito nos últimos anos e para que assim seja a acessibilidade terá que se manter condicionada.

Neste quadro de manutenção do esforço de pesca possível a única forma de manter a pesca como actividade económica regional relevante, com importância social, é a de continuar a dar prioridade à nossa frota que é, no essencial, composta por navios costeiros e por embarcações artesanais.

Estando o tempo a escassear e a situação a agudizar-se o Grupo Parlamentar do PCP não pode deixar de manifestar o seguinte:

Seria de grande interesse e necessidade que o Governo Regional informasse, com detalhe, esta Assembleia sobre a situação resultante da última reunião do Conselho de Ministros da União Europeia;

Seria de grande importância que os decisores políticos desta Região, incluindo esta Assembleia, avaliassem o que pode ainda ser feito para que o interesse regional seja defendido e o estatuto de ultraperiferia aplicado com utilidade neste caso.

O Grupo Parlamentar do PCP, mantendo a posição interventiva firme e consequente que sempre teve nesta matéria, declara-se disponível para todas as acções que visem a defesa, até ao final, da posição regional.

Na nossa óptica, não nos compete, nesta fase e neste momento, avançarmos com alternativas que podem e são tomadas como atitudes capitulacionistas.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Presidente e Membros do Governo

A segunda questão que queremos hoje abordar diz respeito ao leite. A recente conclusão de que não haverá lugar a multas por ultrapassagem das quotas leiteiras, sendo confirmada a franquia das 73 mil toneladas, não nos pode fazer adormecer sobre este problema fundamental.

Hoje todos vemos e percebemos que a estabilidade da nossa economia está fortemente ligada ao sector agrícola e nele à produção e transformação do leite.

Ramos de negócio há que se estão a ressentir da crise nacional, seja por diminuição dos níveis de consumo, seja por diminuição forte do investimento público regional e autárquico, enquanto que a tendência na produção e transformação agrícola é, pela sua natureza, estabilizadora.

Não nos podemos esquecer que a evolução em 20 anos dos 40% do PIB per capita em relação à União Europeia para os ainda muito modestos 52% do PIB per capita da actualidade, se deve fundamentalmente ao sector primário e à transformação dele resultante e que dentro desses se deve em grande parte à agro-pecuária.

Não nos podemos esquecer que as capacidades produtivas e de transformação que estão hoje instaladas são superiores ao que se produz e transforma, o que traz grande actualidade ao problema futuro da produção de leite.

Defender o regime de quotas e lutar por uma autorização suplementar de produção ao abrigo da ultraperiferia é o único caminho que permite encarar a possibilidade de coesão económica, que permite criar perspectivas de rentabilização a muitas unidades produtivas e de transformação e que garante uma perspectiva adequada de equilíbrios no ordenamento do território e no ambiente.

Não se pode, não se reclama e não se procura maior intensificação da produção.

Pede-se, reclama-se e luta-se pela possibilidade de se produzir de acordo com a capacidade que hoje está instalada.

Luta-se para que vacas leiteiras produtivas não tenham que ser retiradas do circuito de produção; luta-se para que não haja explorações que não tenham que optar por uma só ordenha diária;

Luta-se para que o leite adequadamente produzido possa ser adequadamente transformado;

Luta-se para que nenhuma indústria importe leite em pó como matéria prima; luta-se, enfim, pelo progresso sustentado do sector e da economia regional.

O recente I Congresso do Leite e Lacticínios, onde estava a produção, a transformação e a comercialização foi bem claro sobre esta matéria.

Temos todos que concluir que é tempo de terminarem as hesitações políticas nesta área.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Presidente e Membros do Governo

A actualidade destas duas matérias levanta a actualidade e a importância de outra. De facto é hoje essencial que o Estatuto da Ultraperiferia consagrado no tratado da União tenha a mesma relevância nos documentos fundamentais que irão regular a União Europeia depois da Convenção.

Defender o Estatuto da Ultraperiferia é essencial sem o que para nós se perderia absolutamente o sentido do conceito de integração europeia.

Disse.